

Secretaria Geral

OFÍCIO Nº 563/2023/GAB/SG

Projeto de Lei nº 4012023

São João da Boa Vista, 11 de julho de 2023.

Ao Exmo. Sr. Vereador CARLOS GOMES Presidente da Câmara Municipal NESTA.

Assunto: Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que altera a Lei Municipal 5.031 de 04 de agosto de 2022, que dispõe sobre o Fundo Municipal Especial do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em São João da Boa Vista, abre crédito adicional especial e dá outras providências.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

funcionário



Secretaria Geral

#### PROJETO DE LEI

"Altera a Lei Municipal 5.031 de 04 de agosto de 2022, que dispõe sobre o Fundo Municipal Especial do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em São João da Boa Vista, abre crédito adicional especial e dá outras providências."

- Art. 1° O Artigo 1° da Lei Municipal n° 5.031, de 04 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 1º Fica instituído o Fundo Especial de Bombeiros FEBOM, vinculado ao Departamento de Trânsito e Segurança.
- Art. 2° O Artigo 4° da Lei Municipal n° 5.031, de 04 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
  - Art. 4° As receitas próprias, discriminadas no artigo anterior, serão utilizadas no pagamento das despesas inerentes aos objetivos do Fundo e empenhadas à conta das dotações consignadas ao Departamento de Trânsito e Segurança.
- Art.  $3^{\circ}$  O Artigo  $5^{\circ}$  da Lei Municipal  $n^{\circ}$  5.031, de 04 de agosto de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:
  - Art. 5° Os recursos constituídos no Fundo serão, obrigatoriamente, depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial do FEBOM que será acompanhada pelo Conselho Gestor, composto pelo:
  - a) pelo Diretor do Departamento de Trânsito e Segurança como Presidente, ou por seu representante nomeado;
  - b) pelo Oficial Comandante do Posto de Bombeiros, como Vice-Presidente ou por seu representante legalmente constituído;
  - c) pelo Diretor Municipal do Departamento de Finanças do Município de São João da Boa Vista, ou por seu representante nomeado;
  - Parágrafo único. Os membros do Conselho Gestor serão nomeados através de portaria emitida pela Prefeita Municipal.
- Art. 4° Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Departamento de Finanças, Setor de Planejamento e Controle Orçamentário da Prefeitura Municipal um crédito adicional especial, obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV do §1° do Artigo 43



Secretaria Geral

da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), de acordo com as seguintes classificações técnicas:

19.03 FU	NDO ESPECIAL DO	CORPO DI	E BOMBEIROS	DA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEBOM				
19.03.06 SEGURANÇA PÚBLICA				
19 03 06 1	82 DEFESA CIVII.			

19.03.06.182.0002 FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL

Art. 5° - O crédito autorizado pelo artigo precedente será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

01.03 DEFESA CIVIL

01.03.06 SEGURANÇA PÚBLICA

01.03.06.182 DEFESA CIVIL

01.03.06.182.002 FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL

01.03.06.182.0002.2013 MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL

3.3.90.39 Outros serviços terceiros – Pessoa Jurídica......R\$ 4.000,00

Art. 6° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n° 5.160, de 07 de junho de 2.023.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três (11.07.2023).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal



Secretaria Geral

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de propositura de projeto de lei objetivando unicamente corrigir erro material existente na redação dos Artigos 1°, 2° e 3° da Lei nº 5.160, de 07 de junho de 2.023, e consiste na equivocada citação do ano da Lei.

Onde se lê "04 de agosto de 2004", passa-se a ler "04 de agosto de 2022".

Nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil (Art. 1°, §4°) a correção de erro material de lei já promulgada somente se faz por lei nova.

Desta forma, o projeto de lei se mostra adequado e necessário aos fins que justificaram sua propositura.

Diante da justificativa, encaminho o presente Projeto de Lei a esta Casa Legislativa para apreciação dos nobres vereadores, solicitando-lhes a aprovação.

Certa de contar com a vossa compreensão, apresento meus protestos de consideração.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três (11.07.2023).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal